

Banco Ourinvest S.A.

**Demonstrações Contábeis Consolidadas
do Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2014**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstração do resultado	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial	11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial referente ao semestre findo em 30 de junho de 2014, juntamente com o parecer de nossos auditores independentes.

A Administração está à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias.

São Paulo, 29 de agosto de 2014.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP -
Brasil Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos Auditores Independentes sobre às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Diretores e Acionistas do
Banco Ourinvest S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Ourinvest S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais).

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Ourinvest S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base para a elaboração da demonstração financeira consolidada do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam:

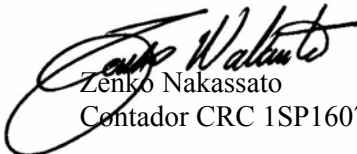
- a.** As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução no 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins;
- b.** Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração da Ourinvest optou pela faculdade prevista no § 2o do Art.10, da Circular no 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Outros assuntos

A Ourinvest elaborou um conjunto de demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 27 de agosto de 2014.

São Paulo, 29 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2014

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota		Passivo	Nota	
	Explicativa	2014		Explicativa	2014
Circulante		<u>255.222</u>	Circulante		<u>170.847</u>
Disponibilidades	5a	50.750	Depósitos	14	<u>68.839</u>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6a	<u>74.199</u>	Depósitos a Prazo		68.839
Aplicações em Operações Compromissadas		74.199	Obrigações por Operações Compromissadas	15	1.312
Aplicações em Moedas Estrangeiras		-	Relações Interdependenciais - Ordens de pagamento		10
Tít. e Valrs. Mobiliários e Instrum. Fin. Derivativos		<u>47.123</u>	Obrigações por empréstimos e repasses	16	40.521
Carteira Própria	7a	37.481	Instrumentos Financeiros Derivativos	7c	196
Instrumentos Financeiros Derivativos	7c	154			
Vinculados a Operações Compromissadas	7a/15	1.469	Outras Obrigações		<u>59.969</u>
Vinculados a Prestação de Garantias	7a	8.019	Cobrança e Arrec. Tribut. e Assemelhados		62
Operações de Crédito	8	<u>4.367</u>	Sociais e Estatutárias		31
Setor Privado	8a	6.236	Carteira de Câmbio	9b	8.436
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa		(1.869)	Fiscais e Previdenciárias	17a	1.228
Outros Créditos		<u>78.539</u>	Negociação e Intermediação de Valores	17b	36.563
Carteira de Câmbio	9b	8.326	Diversos	17c	13.649
Rendas a Receber	9a	1.791	Exigível a Longo Prazo		<u>41.861</u>
Negociação e Intermediação de Valores	9a	9.331	Depósitos	14	<u>41.710</u>
Títulos e créditos a receber	8a	57.952	Depósitos a Prazo		41.710
(-) Outros Créditos em Liquidação Duvidosa	9a	(269)			
Diversos	9a	1.408	Obrigações por Operações Compromissadas	15	151
Outros Valores e Bens	10	<u>244</u>	Patrimônio Líquido	20	<u>44.852</u>
Despesas Antecipadas		244	Capital Social		<u>39.000</u>
Permanente		<u>2.338</u>	De Domiciliados no País		39.000
Investimentos		<u>1.186</u>	Reserva de Lucros		2.968
Participações em Coligadas e Controladas	11a	1.052	Prejuízos Acumulados		(2.144)
Outros Investimentos	11b	218	Participação de não Controladores		<u>5.028</u>
(-) Provisões para Perdas	11b	(84)			
Imobilizado de Uso	12	<u>790</u>			
Outras Imobilizações de Uso		2.330			
(-) Depreciações Acumuladas		(1.540)			
Intangível	13	<u>362</u>			
Outros Ativos Intangíveis		<u>421</u>			
(-) Amortizações Acumuladas		(59)			
Tít. e Valrs. Mobiliários e Instrum. Fin. Derivativos	7	-			
Títulos e créditos a receber		-			
Total		<u>257.560</u>	Total		<u>257.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Ourinvest S.A.

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2014

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	2014
Receitas das Intermediações Financeiras		<u>32.464</u>
Operações de Crédito	8e	3.338
Resultado de Operações de Câmbio	9b	4.827
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	7b	8.284
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7c1	16.015
Despesas das Intermediações Financeiras		<u>(21.804)</u>
Operações de Captação no Mercado	14b	(6.012)
Obrigações por empréstimos e repasses	16b	(732)
Provisão para Operações Créditos de Liquidação Duvidosa	8f	(1.240)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7c1	(13.820)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>10.660</u>
Outras Despesas/Receitas Operacionais		<u>(14.044)</u>
Receitas de Prestação de Serviços	21	13.571
Despesas de Pessoal	22	(13.373)
Outras Despesas Administrativas	23	(12.035)
Despesas Tributárias	24	(2.253)
Resultado de Participações Societárias	11a	-
Outras Receitas Operacionais	25	79
Outras Despesas Operacionais	26	(33)
Resultado Operacional		<u>(3.384)</u>
Resultado Não Operacional	27	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		<u>(3.384)</u>
Impostos e Contribuições		<u>(46)</u>
Imposto de Renda	19a	(24)
Contribuição Social	19a	(22)
Ativo Fiscal Diferido		<u>-</u>
Participações no lucro		-
Participação estatutárias no Lucro		-
Prejuízo líquido do semestre		<u>(3.430)</u>
Atribuível ao acionista controlador		(3.491)
Atribuível ao acionista não controlador		61
Juros sobre capital próprio		-
Nº de Ações	20a	6.066.916
(Prejuízo) do semestre por ação - em R\$		(0,57)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Ourinvest S.A.

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2014

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Participação de	
			Legal	Outras		Total não	Controladores
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		39.300	2.968	1.351	(6)	43.613	298
Aumento de Capital - não controlador	20a	4.700	-	-	-	4.700	4.700
Prejuízo do semestre - controlador		-	-	-	(3.491)	(3.491)	-
Prejuízo do semestre - não controlador		-	-	-	61	61	61
Compensação com reservas de lucros:							
- Reserva especial de lucros	20b	-	-	(1.351)	1.351	-	-
- Distribuição de dividendos		-	-	-	(31)	(31)	(31)
Saldos em 30 de Junho de 2014		44.000	2.968	-	(2.116)	44.852	5.028

Refere-se a DF semestral, onde a destinação para reserva é opcional, ou seja, o Banco Ourinvest não adota essa opção.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Ourinvest S.A.

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstração do fluxo de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2014

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	2014
Atividades operacionais		
Prejuízo do semestre		(3.430)
Ajustes ao Lucro Líquido		1.384
Provisão para Operações Créditos de Liquidação Duvidosa	8f	1.240
Depreciações e Amortizações	23	125
Provisão para passivos contingentes		24
Provisão de ações		(5)
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição		(14.446)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrum. Financ. Deriv.		(6.962)
Operações de Crédito		1.578
Outros Créditos		(8.906)
Outros Valores e Bens		(156)
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)		24.227
Depósitos		11.242
Obrigações por operações compromissadas		(516)
Relações Interdependenciais		(81)
Instrumentos Financeiros e Derivativos		(40)
Obrigações por empréstimos e repasses		9.985
Outras Obrigações		3.637
Caixa Proveniente / Aplicado das Atividades Operacionais - Aumento / (Diminuição)		7.735
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado de Uso		(50)
Intangível		(115)
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Investimento - (Aumento) / Diminuição		(165)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de Capital		4.700
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Financiamento - Aumento / (Diminuição)		4.700
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		12.270
Modificações na posição financeira Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do semestre		114.536
No fim do semestre		126.806
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		12.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Ourinvest S.A. (“Banco”) mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (BACEN), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 2º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP e desenvolve suas operações através das carteiras de: (i) Investimento, (ii) Câmbio e (iii) Crédito e Financiamento e atua também no mercado de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

Em 8 de novembro de 2013, o Banco comprou a Omni Distribuidora de Títulos e Valores mobiliários S.A., que tem por objeto social atuar na subscrição e emissão de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, encarregar-se da administração e custódia de títulos e valores mobiliários entre outros.

2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial compreende a participação de 50% da Ourinvest D.T.V.M S.A., com a atividade de Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 29 de agosto de 2014.

a. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

c. Caixa e equivalente de caixa

Para fins de Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, com conversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

e. Ativos circulante e realizável a longo prazo

• ***Aplicações interfinanceiras de liquidez***

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• ***Títulos e valores mobiliários***

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliações contábeis:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

f. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra perda com operações de crédito, e sua provisão é revertida contra sua despesa, e controlada por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa 8d.

h. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorrer a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

i. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

j. Permanente

- (i) **Investimentos** - O investimento em empresa controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.
- (ii) As ações da CETIP Educacional foram avaliadas pelo valor de mercado na data da desmutualização, as ações da ANBIMA estão avaliadas pelo custo de aquisição, as ações da BM&F Bovespa S.A. foram atualizadas pelo boletim diário de informações da BM&F Bovespa do último dia útil do exercício. Os incentivos fiscais e outros investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.

- (iii) **Imobilizado** - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.
- (iv) **Intangível** - São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de softwares e são amortizados às taxas de 20% ao ano, que consideram a vida útil-econômica desses ativos intangíveis.
- (v) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)** - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

k. Passivos circulante e exigível a longo prazo

- ***Depósitos***

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

- ***Empréstimos e repasses no exterior***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de taxa pré-fixada, libor e variações cambiais incorridas até a data dos balanços.

- ***Mútuo de ouro***

São demonstrados pelos valores de custo, acrescidos do aluguel e da variação da cotação do ouro incorridas até as datas dos balanços.

- ***Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.

- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões, às alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por ano para imposto de renda e 15%, sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados com base na aplicação das alíquotas vigentes para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença temporária entre a base fiscal e o respectivo valor contábil e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

4 Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura do Comitê de Risco do Banco é apoiada pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela Alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Os relatórios quanto às estruturas de Gerenciamento de Riscos Financeiros (Operacional, Crédito, Liquidez e Mercado) do Banco estão disponíveis no site do Banco em www.ourinvest.com.br.

A área de Controles de Riscos tem como atividades principais:

- Identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição aos riscos no âmbito de portfólio, preparando informações a serem submetidas à Diretoria responsável pelo Risco;
- Documentar, divulgar e disponibilizar as Metodologias, os Modelos e as Ferramentas que proporcionem a efetividade na gestão dos riscos, em conformidade com as melhores práticas, em documentos internos do Banco;
- Disponibilizar a Diretoria responsável pelo Risco, informações relacionadas à Carteira que possam expor o Banco a perdas de qualquer natureza citada (Liquidez, Operacional, Mercado e/ou Crédito), seu impacto resultante, assim como suprir, tempestivamente, com informações precisas, rápidas, seguras e relevantes sobre os riscos potenciais;
- Avaliar as perspectivas macroeconômicas, mudanças em mercado e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica, entre outros;
- Realizar testes de estresse da Carteira, de forma a subsidiar a revisão das Políticas e Limites Operacionais;
- Realizar Backtest;

- Apurar a alocação de Capital com intuito de atender ao Acordo de Basiléia;
- Interagir com as demais áreas e com o mercado, no sentido de obter subsídios que possam contribuir com a segurança, a rentabilidade e a liquidez das operações; e
- Atuar de forma a consolidar a cultura das melhores práticas da Gestão de Controle de Riscos.

Controles de gerenciamento de risco

O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

- (i) **Risco operacional** - É a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado. A gestão e controle dos riscos operacionais buscam a eficácia do sistema de Controles Internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas.

O gerenciamento do Risco Operacional é considerado hoje um dos principais instrumentos de gestão do Banco no que tange à mitigação dos riscos a que o Banco está exposto.

O Banco implementou uma estrutura de gerenciamento de risco operacional em integral atendimento à regulamentação vigente. Essa estrutura encontra-se formalizada no documento Política de Risco Operacional, que define a metodologia e o processo de gestão. A área de Risco Operacional é a responsável por atuar junto as demais áreas com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na política em questão. É uma unidade organizacional independente, segregada da Auditoria Interna, sob responsabilidade do Gerente de Controles Internos e subordinada à Diretoria Administrativa do Banco.

A Área de Controle de Riscos é a área responsável pela parte quantitativa do Risco Operacional e a área de Controles Internos é a responsável pela parte qualitativa. Com aprovação da Administração, as políticas e procedimentos voltados para o gerenciamento de risco operacional prevêm a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação deste risco, o que permite a correção contínua das eventuais deficiências de controle e o estabelecimento de papéis de responsabilidades. A título de informação, utilizamos o modelo básico de alocação de capital (BIA);

O Banco possui um plano de contingência que contém estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes de paradas, ou qualquer tipo de incidentes em nossos sistemas eletrônicos de processamento, controle, arquivos e de comunicação.

- (ii) **Risco de crédito** - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. O Gerenciamento de risco estabelece a estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de áreas geográficas e setores industriais, e por emissores, faixas de classificação de crédito; executa procedimentos para recuperação de créditos.

No gerenciamento do Risco do Crédito o Banco estabelece uma estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de Crédito, revisa e avalia o risco de Crédito, limita concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores industriais, e por

emissores, faixas de classificação de crédito, executa procedimentos para recuperação de créditos. Todas as operações de crédito são aprovadas pela Diretoria do Banco e temos como política, não possuir alçadas para exposição a qualquer tipo de risco, com exceção ao produto Cartão de Crédito que tem política própria e também tem a aprovação da Diretoria. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site do Banco em www.ourinvest.com.br.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através das seguintes garantias: seguros, garantias do emissor, papéis de outras instituições desde que aprovada pelo comitê de crédito, avais, etc. A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte, o garantidor etc., entendendo a administração que o montante é suficiente para cobrir eventuais perdas significativas.

- (iii) **Risco de liquidez** - É a eventual dificuldade em honrar suas obrigações financeiras, em razão dos descasamentos dos fluxos financeiros de ativos e passivos, no gerenciamento de risco o fluxo de caixa é elaborado pela área de risco para monitorar a posição financeira atual do banco. Diariamente são efetuados testes regulares de estresse com uma variedade de cenários nas condições normais e mais severas do mercado.
- (iv) **Risco de Mercado** - É a exposição em fatores de riscos tais como de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

No gerenciamento de risco é controlada a exposição das carteiras e realização de testes de estresses. As operações são divididas em: - Trading Book realizadas com intenção de negociação (carteira de negociação) - Banking Book são as disponíveis para venda ou mantidas até a data do vencimento (carteira de não negociação):

- **Trading Book** - Refere-se as cotas de fundos de investimentos imobiliários e a carteira de crédito com cartões de crédito.
- **Banking Book** - São as outras operações do grupo, sendo principalmente as com títulos e valores mobiliários.

Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento de utilização de limites previamente definidos pelo comitê de Passivos e Ativos (COPA), do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua. Para atendimento ao requerido na Resolução nº 3.464/07 do Banco Central do Brasil, foi implementado no Banco uma estrutura específica para o gerenciamento do Risco de Mercado de suas operações. A unidade de Gestão de Risco de Mercado foi criada para identificar, avaliar, monitorar e mitigar riscos e sua estrutura está disponível no site do Banco em www.ourinvest.com.br.

A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk), efetuados através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela BMF & Bovespa S.A.

Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.490 do Banco Central do Brasil de 29/08/2007.

5 Caixa e equivalentes de caixa

a. Disponibilidades

	2014
Moeda nacional	667
Aplicações em ouro	3.210
Moeda estrangeira	46.873
Depósito no exterior	4.705
Disponibilidade de moedas estrangeiras	42.168
Total	50.750

b. Equivalentes de caixa

As aplicações interfinanceiras de liquidez foram consideradas como equivalentes de caixa conforme nota explicativa nº 6 a.

	2014
Disponibilidades	50.750
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	74.199
Letras Financeiras do Tesouro - LFT*	1.857
Total de Equivalentes de Caixa	126.806

(*) As Letras Financeiras do Tesouro - LFT estão classificadas como equivalentes de caixa por possuírem conversibilidade imediata, prazo original igual ou inferior a noventa dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Vencimentos

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e estão assim representadas:

	2014
	Até 3 meses
Aplicação em operações compromissadas - Revendas a liquidar posição bancada	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.201
Notas do Tesouro Nacional - NTN	<u>51.998</u>
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	<u><u>74.199</u></u>

b. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado dentro do resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	
Revendas a liquidar posição BANCADA	<u>2.685</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	65
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.410
Notas do Tesouro Nacional - NTN	210
Aplicações em depósito interfinanceiro:	
Não ligadas	<u>16</u>
Total	<u><u>2.701</u></u>

7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

a. Diversificação por prazo de vencimento e valor de mercado - TVM

	2014					
	Valor contábil				Valor de custo	Ajuste de mercado
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos livres						
Títulos para negociação:						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.857	180	3.393	5.430	5.429
Letras de Crédito Imobiliário	-	4.301	73	908	5.282	5.274
Cotas de fundos de investimento (1)	22.769	-	-	-	22.769	25.118
Outros	-	757	817	2.426	4.000	4.084
Títulos livres	22.769	6.915	1.070	6.727	37.481	39.905
Vinculados a operações compromissadas:						
Títulos para negociação:						
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	913	152	1.065	1.061
Letras de Agronegócio	-	-	404	-	404	403
Vinculados a operações compromissadas:	-	-	1.317	152	1.469	1.464
Vinculados à prestação de garantias:						
Títulos para negociação:						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.569	5.450	8.019	8.017
Vinculados à prestação de garantias:	-	-	2.569	5.450	8.019	8.017

(1) Referem-se a Cotas de fundos de Investimentos Imobiliários.

(*) As Letras financeiras do Tesouro - LFT com vencimento até três meses foram classificadas com equivalentes de caixa, conforme nota explicativa nº 5ª.

Os títulos classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante do Banco, independente do prazo de vencimento conforme circular 3.068.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (Selic), e as cotas de fundo de investimento encontram-se custodiadas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

O valor de mercado dos títulos públicos foi calculado com base em preços divulgados pela ANBIMA.

As cotas de fundos de investimento imobiliários, classificadas como para negociação, são ajustadas a valor de mercado pelo preço médio do ultimo dia útil antes da data do balanço, obtido pelo Boletim Diário da BM&F Bovespa.

As Letras de Crédito Imobiliários foram avaliadas com base na variação de 92,50% a 99% do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, de acordo com a característica de cada operação.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2014
Resultado com títulos e valores mobiliários	
Títulos de renda fixa	1.111
Títulos de renda variável	-
Aplicações em fundos de investimentos	1.381
Aplicações em ouro	1.964
Lucro com títulos e valores mobiliários	1.127
Total	<u>5.583</u>
Resultado da aplicação interfinanceira de liquidez (*)	<u>2.701</u>
Resultado com títulos e valores mobiliários	<u><u>8.284</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 6 b.

c. Posição das operações - Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo e opções, registrados na BM&FBovespa S.A. e na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais. As operações em aberto em junho de 2014 apresentam as seguintes características:

2014						
Valor de referência						
Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)						
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Opções:						
Compra de Opções de Ações	154	-	3.805	-	-	3.805
Venda de Opções de Ações	-	(164)	(2.000)	-	-	(2.000)
Subtotal	<u>154</u>	<u>(164)</u>				
Contratos de Termo:						
Venda de Termo ouro	-	(32)	577	-	-	577
Subtotal	<u>154</u>	<u>(32)</u>				
Total	<u>154</u>	<u>(196)</u>				
Contratos Futuros:						
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	43.056	-	-	43.056
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(12.402)	-	-	(12.402)

c.1 Resultado com Derivativos

	2.014
Resultado com operações a termo	1
Resultado com opções	65
Resultado com mercado futuro	2.129
Total	2.195

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Opções:** Cotação em bolsas.

8 Operações de crédito / Títulos e créditos a receber

a. Composição das operações de crédito e derivados de crédito

	2014
Operações de Crédito	6.236
Empréstimos e Títulos Descontados	6.236
Títulos e Créditos a Receber	57.952
Advent Depositary Participações S.A.	17
Títulos e crédito a receber ⁽¹⁾	57.935
Total	64.188
Parcela a curto prazo	64.188
Parcela a longo prazo	-

⁽¹⁾ Os títulos e créditos a receber são originados de transações de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, sem cobrança de encargos (Nota explicativa 9a) e estão sendo apresentados para efeito desta nota, em conjunto com as operações de crédito.

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2014
Indústria	4.028
Rural	16
Comércio	56.184
Intermediários financeiros	10
Outros serviços	3.885
Habitação	65
Pessoas físicas	-
	-
Total	64.188

c. Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Faixas de vencimento	2014
Créditos vencidos	
A partir de 15 dias	3.546
Créditos a vencer	
Até 3 meses	60.072
3 a 12 meses	570
1 a 3 anos	-
	-
Total	64.188

d. Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão mínima requerida	Carteira de operações de crédito	Provisão requerida
		2014	2014
AA	0%	8.182	-
A	0,50%	51.780	(259)
B	1%	911	(9)
C	3%	510	(15)
D	10%	520	(52)
E	30%	347	(104)
F	50%	372	(186)
G	70%	178	(125)
H	100%	1.388	(1.388)
		64.188	(2.138)
Total		64.188	(2.138)

Durante o semestre, foi recuperado o montante de R\$ 30 e renegociado o montante de R\$ 2.365.

e. Resultado das operações de crédito

	2014
Operações de crédito	718
Rendas de empréstimos	626
Rendas de financiamentos - Outras	92
Outras receitas e despesas operacionais	2.620
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	29
Juros sobre atraso	883
Antecipação de recebíveis	494
Resultado de cessão de operações de crédito (1)	1.214
Resultado com operações de crédito	3.338
Outras receitas relacionadas às operações de crédito	
Serviços (nota explicativa 21) (2)	6.351
Total de op. de créditos e outras receitas relacionadas às operações de crédito	9.690

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2014, o Banco efetuou cessões de operações de crédito sem coobrigação ao **Ourinvest fundo de Investimento em Direitos Creditórios financeiros - Suppliercard (FIDCs)** no montante de R\$ 58.646.

(2) Refere-se à taxa de administração e tarifas relacionadas ao produto cartão Suppliercard.

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2014
Provisão p/ créditos em liquidação duvidosa	
Saldo no Início do exercício	(1.488)
Constituição/ reversão de provisão	(1.240)
Baixados para prejuízo	590
Saldo no fim do exercício	<u>(2.138)</u>

g. Garantias

O Banco possui a política de mitigação de riscos com seguros para as operações de crédito com exposição maior do que R\$ 70 para os estabelecimentos que aderiram ao seguro.

9 Outros créditos

a. Outros créditos

	2014
Rendas a receber	1.791
Carteira de câmbio	8.326
Negociação e intermediação de valores	9.331
Títulos e créditos a receber (1)	57.952
(-) Provisão	(269)
Diversos	1.408
Adiantamentos e antecipações salariais	671
Devedores por compra de valores e bens	-
Créditos tributários a compensar	-
Impostos e contribuições a compensar	415
Pagamentos a ressarcir	312
Devedores diversos - País	10
Total	78.539
Curto prazo	78.539
Longo prazo	-

- (1) Referem-se a transação de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, que podem incorrer em taxa de desconto quando da antecipação de pagamentos aos lojistas. O ganho de tais antecipações é registrado de acordo com a competência do contrato na conta de receitas de antecipações de recebíveis (nota explicativa 8e).

b. Carteira de câmbio

	2014
Ativo - Outros créditos	8.326
Câmbio comprado a liquidar	6.134
Direitos s/vendas de câmbio	2.192
Passivo - Outras obrigações	(8.436)
Câmbio vendido a liquidar	(2.271)
Obrigações por compra de câmbio	(6.151)
Obrigações por vendas realizadas	(14)
Total	(110)
Resultado de operações de câmbio	
Rendas de câmbio	10.443
Despesas de câmbio	(5.616)
Total	4.827

c. Créditos tributários a compensar

Em decorrência da apuração de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por três exercícios sociais nos últimos cinco exercícios, a Administração, em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059/2002 Banco Central do Brasil, procedeu à reversão do crédito tributário constituído em exercícios anteriores. Em 30 de junho de 2014 o montante de crédito tributário não reconhecido é de R\$ 6.132.

10 Outros valores e bens

a. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas compreendem os seguros a apropriar no total de R\$ 32 e auditoria no total de R\$ 195 e adiantamento de IPTU no total de R\$ 17.

11 Investimentos

a. Participação em Controlada

O Banco adquiriu a integralidade das ações ordinárias da Omni Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Omni DTVM) em 25 de março de 2013, que representa 50% do seu capital social, quantidade de 300.010 ações, pelo valor de R\$ 1.362. Essa transação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 8 de novembro de 2013. Como a aprovação pelo Banco Central do Brasil era condição determinante para a transferência das ações, foi apurado o ágio na compra das ações, no valor de R\$ 1.052, com base no patrimônio líquido da Omni DTVM de 30 de novembro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

Omni Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários S.A.	nov-13	
	100%	50%
Total do Ativo	619	310
Disponibilidades	2	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	614	307
Outros créditos	1	1
Outros valores e bens	2	1
Patrimônio Líquido	619	310
Capital Social	600	300
Reservas de Lucros	19	10

Ágio apurado na aquisição da Omni DTVM S.A., correspondente à soma do valor pago na transação deduzido o patrimônio líquido, resultou no valor de R\$ 1.052. O referido ágio está suportado em projeções de resultados futuros. A expectativa de realização do ágio é de 5 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

b. Outros investimentos

	2014
Ações e quotas	206
Quadros	12
Investimentos em incentivos fiscais	-
(-)Provisão p/perda em ações e quotas	(84)
Total	134

12 Imobilizado de uso

	2014			
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual
Outras Imobilizações de Uso				
Inst. móveis e equipamentos de uso	10%	714	(521)	193
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	245	(121)	124
Sistemas de Processamento de Dados	20%	1.371	(898)	473
Total		2.330	(1.540)	790

13 Intangível

	2014		
	Custo	Amortização	Saldo líquido
Licença de Uso - Adquirida até out/13	225	(43)	182
Licença de Uso - Adquirida após out/13	196	(16)	180
Total	421	(59)	362

Segregação de aquisição do intangível conforme carta-circular nº 3.624 de dezembro de 2013.

14 Depósitos

a. Depósitos

	01 a 90 dias	91 a 360 dias	1 a 3 anos	Total 2014
Depósito a prazo - Pré fixado	15	42	39	96
Depósito a prazo - Pós fixado	17.987	4.510	27.436	49.933
Depósito de garantia especial	23.526	22.759	14.235	60.520
Total	41.528	27.311	41.710	110.549
Parcela a curto prazo				68.839
Parcela a longo prazo				41.710

b. Despesas com operações de captação do mercado

	2014
Depósito a prazo	(5.592)
Despesas de contribuição FGC	(325)
Operações compromissadas	<u>(95)</u>
Total	<u>(6.012)</u>

15 Obrigações por operações compromissadas

	indexador	2014	
		Revenda a Liquidar (Ativo)	Recompra a Liquidar (Passivo)
LCI - Venc. jan/2015	96,50% CDI	306	(305)
LCI - Venc. fev/2015	96,50% CDI	295	(293)
LCI - Venc. abr/2015	96,50% CDI	312	(311)
LCI - Venc. nov/2015	96,50% CDI	152	(151)
LCA - Venc. mai/2015	96,50% CDI	404	(403)
Total		<u>1.469</u>	<u>(1.463)</u>

16 Obrigações por empréstimos e repasses

a. Composição

Em 30 de junho de 2014, o Banco possuía obrigações por empréstimos contraídos no exterior, com vencimento em agosto de 2014 de R\$ 22.112 (taxa 3,00% a.a. mais Libor 0,23% a.a.), com vencimento em setembro de 2014 de R\$ 6.618 (taxa 3,00% a.a. mais Libor 0,23% a.a.) e com vencimento em dezembro de 2014 de R\$ 11.791 (taxa 3,30% a.a. mais Libor 0,33% a.a.) totalizando R\$ 40.521.

b. Despesas com obrigações por empréstimos

	2014
Obrigações por empréstimos	
Mutuo de Ouro *	(157)
Juros de empréstimo no exterior	(491)
Variação de taxa/câmbio	91
Impostos	(175)
Total títulos livres	<u>(732)</u>

(*) Conforme nota explicativa 17.b.

17 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

As Obrigações Fiscais e Previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	2014
Impostos e contribuições a recolher	1.228
Total	<u>1.228</u>

b. Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

	2014
Comissões e corretagens a pagar	20
Liquidações pendentes ⁽¹⁾	9.644
Cessão e repasse cobrança, quitação títulos créditos	-
Obrigações por empréstimos de ouro ⁽²⁾	25.815
Operação mercadorias e ativos financeiros a liquidar	1.084
Total	<u>36.563</u>

⁽¹⁾ Saldo de liquidações pendentes referente às operações de crédito já cedidas e saldo para aquisição de fundos e títulos para os Clientes do Banco.

⁽²⁾ O empréstimo com vencimento em agosto de 2014 no total de R\$ 25.815 incorreram em despesas de aluguel de R\$ 157 conforme nota explicativa 16b.

c. Outras obrigações - Diversas

	2014
Diversas	
Obrigações para aquisição de bens e direitos	-
Despesas de pessoal	2.160
Passivo contingente	161
Cretores diversos - país	11.328
Outros (1)	1.473
Financiamento cartão de crédito a liberar (2)	9.855
Total	<u>13.649</u>

(1) O saldo mais significativo R\$ 415 refere-se a despesas com empresas de transporte de valores.

(2) O saldo refere-se aos valores de compras realizadas pelos clientes que se utilizam dos cartões Suppliercard, e que serão repassados aos Estabelecimentos.

18 Contingências

O Banco possui controles e políticas definidas para acompanhamento e gerenciamento dos processos judiciais. Uma vez obtido os pareceres dos assessores jurídicos, e estimado razoavelmente o valor da perda, o Banco efetua os ajustes necessários para contabilizar os prováveis efeitos adversos dos processos em sua posição financeira. Em 30 de junho, o Banco possuía algumas ações judiciais não resolvidas, tais como:

- (c) Processos judiciais relacionados a concessão de crédito direto ao consumidor - CDC - para financiamento de veículos: (i) 8 processos com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 135, devidamente provisionado; (ii) 9 processos com probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 49, em sua maioria relacionados a ações de pequenos valores. Em caso de eventual desembolso, este ocorrerá de forma diluída, ao longo de vários períodos.
- (d) Processos judiciais relacionados a concessão de crédito por intermédio do Cartão de Compra Supliercard: (i) 2 processo com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 26 devidamente provisionados; e (ii) 13 processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 649.
- (e) Processos judiciais cíveis e tributários relacionados ao Banco Ourinvest S.A.: (i) 3 processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 18.

Risco provável	2013				2014
	Saldo Inicial	Entradas	Baixas	Ajuste Selic	Saldo Final
CDC - Financiamento de Veículos	168	58	(147)	56	135
Cartão de Compra Supliercard	3	58	(40)	5	26
Total	171	116	(187)	61	161

Risco possível	2013				2014
	Saldo Inicial	Entradas	Baixas	Ajuste Selic	Saldo Final
CDC - Financiamento de Veículos	179	-	(130)	-	49
Cartão de Compra Supliercard	655	268	(274)	-	649
Crédito Estudantil	14	-	(14)	-	-
Próprios - Ourinvest	67	46	(95)	-	18
Total	915	314	(513)	-	716

A baixa nos processos com cartão de compra Supliercard ocorreram em função da mudança do risco de perda para a categoria remota, bem como alterações nos valores dos processos.

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro - Banco Ourinvest S.A.	(3.491)
Resultado antes do IR e CS líquidos de participações e JCP	(3.491)
Adições	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.004
Ajuste ao valor de mercado - Fundos	-
Ajuste ao valor de mercado - opções	289
Despesas indedutíveis	14
Resultado renda variável	28
Outras	-
Exclusões	
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(354)
Resultado de equivalência patrimonial	(62)
Resultados provisão renda variável	(34)
Outras	(10)
Total	<u>(2.616)</u>
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	
Base de cálculo	(2.616)
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>
	2014
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações - Ourinvest DTVM S.A.	170
(-) Prejuízo fiscal anterior	(26)
Base de Cálculo	144
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes	(24)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes	(22)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(46)

20 Patrimônio líquido

a. Capital

Em 30 de Junho de 2014, o capital social subscrito e integralizado estava representado e dividido em 6.066.916 (Seis milhões, sessenta e seis mil e novecentas e dezesseis) ações (2013 - 4.656.300), sendo 3.033.458 (Três milhões, trinta e três mil e quatrocentos e cinquenta e oito) ações ordinárias e 3.033.458 (Três milhões, trinta e três mil e quatrocentos e cinquenta e oito) ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal, por acionistas domiciliados no país.

Com base na Ata de Assembléia Geral Extraordinária Realizada em 05 de dezembro de 2013, foi deliberado o aumento de Capital Social para R\$ 39.000, dividido em 6.066.916 ações nominativas, sendo 3.033.458 preferenciais e 3.033.458 ordinárias, sem valor nominal, mediante a emissão de 1.410.616 novas ações nominativas, sendo 705.308 ordinárias e 705.308 preferenciais ao preço unitário de R\$ 8,5069218, totalizando R\$ 12.000. As novas ações foram subscritas e integralizadas pela acionista Ourinvest Participações S/A.

b. Reservas

• **Reserva legal**

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Sociedade. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembléia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo obrigatório.

Em 30 de Junho de 2014, o Banco não destinou, e não distribuiu dividendos e juros sobre o capital próprio.

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizada para absorver os prejuízos acumulados, quando houver, e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos ou distribuição de dividendos.

e. Participação de acionistas não controladores

É constituída pelos acionistas não controladores da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. representando o total de 49,9983% da mesma.

21 Receitas de prestação de serviços

	2014
Rendas de tarifas	7.221
Administração de fundos	945
Rendas de comissão e colocação títulos	3.954
Rendas de corretagens em op. Com bolsa/custódia	1.438
Rendas de outros serviços	2
Rendas de administração de carteira	11
	<hr/>
Total	<u>13.571</u>

O banco atua como intermediador dos direitos creditórios oriundos do Grupo Anhanguera Educacional, para o Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios “FIDC”. Tal cessão ocorre sem qualquer retenção de risco para o Banco.

No semestre, o saldo movimentado oriundo desta operação foi de R\$ 39.180. A receita de intermediação no semestre foi de R\$ 269.

22 Despesa de pessoal

	2014
Remuneração	8.873
Encargos	2.798
Benefícios	1.623
Treinamento	79
	<hr/>
Total	13.373

23 Outras Despesas Administrativas

	2014
Serviços técnicos especializados e de terceiros	4.977
Depreciações e amortizações	128
Propaganda, promoções e publicidade	212
Processamento de dados	323
Comunicações	398
Aluguéis	1.255
Transportes e viagens	235
Segurança e vigilância	2.154
Manutenção e conservação de bens	25
Serviços de sistema financeiro	1.595
Água, energia e gás	72
Seguros	56
Outras (1)	605
	<hr/>
Total	12.035

(1) A despesa com maior representatividade é com condomínio no total de R\$ 230 (2013 - R\$ 228).

24 Despesas tributárias

	2014
Despesa com COFINS	1.065
Despesa com ISS	650
Despesa com PIS	174
Tributos estaduais, municipais e federais	364
	<hr/>
Total	2.253

25 Outras receitas operacionais

	2014
Recuperação de encargos e despesas (1)	-
Multa e juros e variações monetárias	15
Reversão de outras provisões	64
	64
Total	79

- (1) Refere-se ao reembolso de custas cartorárias efetuadas pelos estabelecimentos conveniados do Banco nas operações de crédito e títulos e créditos.

26 Outras despesas operacionais

	2014
Despesa de provisão operacionais - BM&FBovespa	-
Passivo contingente	(24)
Outros	(9)
	(9)
Total	(33)

27 Limites operacionais - Acordo Basileia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 11% do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central, cuja uma das intenções é fazer frente aos possíveis riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez ao Banco. A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (Risk Weighted Asset) com base no Patrimônio de Referência, com a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de mercado, risco de crédito e riscos operacionais. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

	2014
Patrimônio de referência	44.854
Patrimônio de referência exigido	32.148
Parcela de risco de crédito	19.560
Parcela de risco de mercado	6.763
Parcela de risco operacional	5.825
	292.255
Total do ativo ponderado pelo risco	292.255
Índice de Basileia	15,48%

28 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de Junho 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Banco e demais empresas do Grupo Ourinvest.

Os principais saldos e resultados de transações foram:

		2014	
		Ativos	Receitas
Outros créditos diversos		7.692	1.416
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A. (3)	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação	98	602
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Comissão s/ remuneração quadrimestral	-	755
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Recebimento de cobrança	7.584	-
Brasil Agrosec Cia. Securitizadora de Crédito	Reembolso de aluguel/IPTU	10	59
		2014	
		Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Outras obrigações diversos		(3.110)	(1.892)
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Comissão quadrimestral	(429)	-
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A. (4)	Repasse de cobrança	(1.788)	-
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A. (1)	Crédito/Cobrança	-	(2.939)
Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard (4)	Repasse de cobrança	(301)	-
Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard (5)	Resultado de cessão	-	647
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros (4)	Repasse de cobrança	(582)	-
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros (5)	Resultado de cessão	-	400
Cia. Ourinvest Securitizadora de Créditos (4)	Repasse de cobrança	(10)	-
		2014	
		(passivo)	(despesa)
Depósitos a prazo (2)		(30.919)	(1.108)
Diretores e respectivos cônjuges		(3.027)	(161)
Ourinvest Assessoria de Investimentos Ltda		-	-
Ourinvest Empreendimentos e Participações Ltda.		-	-
Ourinvest Participações S.A.		(13.242)	(250)
Taelinvest Participações S.A.		(14.650)	(697)

- (1) Valores de despesas referentes à administração e operacionalização dos produtos oriundos dos cartões de créditos, e pela intermediação com os estabelecimentos conveniados, conforme o acordo comercial firmado em agosto de 2007 com a Suppliercard Administradora de Cartões de Crédito S/A.
- (2) Os depósitos a prazo são praticados com base na variação de 100% do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI para a Ourinvest Participações S.A. e Taelinvest Participações S.A., e com base na variação de 100% a 115% do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI para as pessoas físicas ligadas.
- (3) As receitas de comissão são devidas pela comercialização de cotas seniores do Ourinvest FIDC Financeiros - Suppliercard, e foram apuradas com base no percentual de remuneração de 0,90% a.a. sobre o volume de negociação, conforme contrato de distribuição de cotas.
- (4) Saldos referentes ao recebimento de operações de crédito que já foram cedidas, portanto serão transferidas para quem comprou os créditos.
- (5) Resultado na cessão de títulos e créditos a receber.

Outras partes relacionadas - Pessoal-chave da Administração e seus familiares

A remuneração dos Diretores no serviço totalizou R\$ 137. O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros do Conselho Fiscal e semelhantes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até segundo grau;
- Pessoas físicas e jurídicas que participem com mais de 10% de seu capital social.

29 Administrações de fundos/Sociedades de investimentos

O Banco é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos cujo ativo total são os seguintes:

	2014
Carteira de Vals Mobils. Dartley Bank & Trust Ltd.	-
Fundo de Investimento Imobiliário Península	<u>2.495.070</u>
Total	<u><u>2.495.070</u></u>

30 Outras informações

- (a) Os valores de depositários em custódia, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 662.895 referente à títulos públicos e privados, exceto cotas de fundos e ações, e 11.667 cotas de fundos e ações no Banco.
- (b) Em 30 de Junho de 2014, a cobertura de seguros contra riscos corporativos era no montante de R\$ 5.000.
- (c) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações.